
Capital Humano como condição para o sucesso do Desenvolvimento Territorial em áreas marginais – resultados de um estudo de caso

Sandra Silva - sandra.silva@campus.ul.pt ;

Capital Humano, Desenvolvimento, Territórios Marginais

Nas últimas décadas têm ocorrido grandes transformações ao nível político-económico, mas também sócio-cultural e ambiental, com reflexos nas sociedades contemporâneas. Estas transformações têm duas faces, por um lado o crescimento económico e o desenvolvimento de umas sociedades e por outro a exclusão e o aumento dos problemas noutras.

A Europa defende a consolidação de um modelo de desenvolvimento social que garanta um equilíbrio entre prosperidade económica, enquadrada num modelo de crescimento sustentável, respeitador do ambiente e capaz de garantir a solidariedade e a coesão social, com igualdade de oportunidades e inclusão. Para além disso, quer-se que esse equilíbrio económico e social corresponda a um equilíbrio territorial. Não obstante estas intenções, a realidade é que a UE que conhecemos actualmente apresenta desequilíbrios regionais e assimetrias de grande dimensão, algumas herdadas do passado, outras emergentes. No contexto europeu, Portugal ocupa uma posição periférica, quer em termos físicos, quer a nível do desenvolvimento socioeconómico, apresentando, ele próprio, muitas assimetrias internas, nomeadamente a tendência para uma litoralização e uma metropolização do país, com a população, o investimento e o consumo a concentrarem-se cada vez mais em certas áreas em detrimento de outras.

As mais recentes teorias de desenvolvimento defendem que este deve ser um processo interno, baseado nas capacidades da sociedade (actores civis, políticos e económicos) para liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento territorial, condicionando-o à mobilização dos factores disponíveis na sua área geográfica e ao seu potencial endógeno, garantindo a utilização racionalizada do stock dos recursos existentes e a eventual atracção de recursos externos. Este quadro de pensamento identifica claramente os factores decisivos para o desenrolar deste modelo de desenvolvimento, sendo eles: o capital social, o capital humano, o conhecimento, a investigação e a inovação, a informação e as instituições presentes num determinado território. Por conseguinte, concluiu-se que a região dotada destes factores ou estrategicamente direccionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento equilibrado e sustentável, com ecos em elevados índices de competitividade e coesão social, económica e territorial.

Este artigo analisa criticamente a relação entre capital humano e desenvolvimento territorial. O objectivo central é perceber se esta forma de capital, quando presente em territórios “excluídos”, como o interior de Portugal, pode constituir um factor determinante para o seu processo de desenvolvimento, em contexto de globalização. Partindo do pressuposto que a afirmação anterior é correcta, identificam-se os mecanismos e instrumentos que podem potenciar o papel desse factor.

Partindo das principais teorias, modelos e conceitos para a análise e o entendimento da problemática exposta, faz-se uma breve resenha, focando os contextos e a sua trajectória evolutiva, centrando a atenção no conceito de capital humano cuja relevância é cada vez maior nos actuais contextos sociais e económicos que marcam os processos de desenvolvimento territorial. Durante este processo de enquadramento da problemática em discussão serão apresentados os factores identificados como determinantes para o desenvolvimento – competitividade, reestruturação dos sistemas produtivos e densidade e características do tecido institucional.

Numa segunda parte, o presente artigo vai falar do estudo de caso. Aqui será feita uma breve apresentação dos aspectos mais relevantes do território em análise no que diz respeito ao enquadramento geográfico, às dinâmicas sócio-demográficas e à estrutura económica, bem como uma caracterização do território face à presença de capital humano, focando a existência de infra-estruturas colectivas de ensino e formação e a importância da formação na criação do tecido institucional. Serão ainda abordados sucintamente as políticas e estratégias de desenvolvimento que afectaram o território em análise e a sua envolvente durante o período que antecede a investigação e aquelas que afectarão o território no período subsequente. A ideia é que a análise SWOT realizada, nas dimensões territorial, demográfica e económica, emprego e educação, permita perceber as dinâmicas de desenvolvimento, que serão aqui confrontadas com as estratégias de desenvolvimento para o território em três domínios – social, económico e político.

Finalmente serão expostos os resultados do estudo de caso e apresentadas algumas conclusões gerais bem como algumas dúvidas e questões que persistem após terminado o trabalho.

Tendo em conta o objectivo central do estudo no que diz respeito às possibilidades do capital humano poder constituir um factor determinante para o processo de desenvolvimento do concelho de Castelo Branco e que mecanismos podem potenciar esse papel, apresentam-se os resultados para as três hipóteses de trabalho definidas: 1) relevância do Capital Humano na actual estratégia de desenvolvimento para o Concelho de Castelo Branco; 2) relevância do Capital Humano na dinâmica de desenvolvimento do concelho; 3) o Capital Humano é um factor importante na criação de capital social no concelho e para a questão dos mecanismos.

Se tivermos em conta três factores que foram considerados determinantes para o desenvolvimento territorial – competitividade, reestruturação dos sistemas produtivos e densidade e características do tecido institucional, este trabalho permitiu-nos perceber que, de facto, o capital humano é um factor essencial na construção e implementação das

estratégias de desenvolvimento, através, por exemplo, a) da inovação e difusão do conhecimento; b) da capacidade de cooperação e da criação de sinergias locais e internacionais; c) do aumento das relações de confiança, d) do fortalecimento das redes de contactos e e) do estímulo à aprendizagem. Não obstante, o estudo também nos dá indicações que este não é o único factor relevante e que por si só não constitui uma mais-valia para os territórios “excluídos”, sendo necessário haver um grande investimento em outros factores e uma vontade por parte dos decisores políticos em desenvolver mecanismos e instrumentos que potenciem o papel do capital humano presente e que se gera nestes territórios. Por outro lado, os actores sociais devem também ser preparados para implementarem processos de mudança que invertam os processos económicos e sociais tendenciais destes territórios.

A informação apresentada baseia-se nas 27 entrevistas em profundidade efectuadas e algumas conversas informais com um conjunto diversificado de actores sociais enquanto agentes e/ou promotores de desenvolvimento territorial. Os resultados derivam igualmente do enquadramento socioeconómico, territorial e das políticas de desenvolvimento da área geográfica em estudo, bem como da leitura de literatura nacional e internacional e da análise de dados estatísticos sobre a problemática em estudo. Os resultados serão apresentados à luz de uma análise crítica do trabalho.